

Distribuição das Propriedades Rurais no Sudeste do Planalto Central

ELZA COELHO DE SOUSA
Da Divisão de Geografia do C.N.G.

A distribuição das propriedades rurais no sudeste do Planalto Central foi estudada de modo generalizado num mapa em que se representou essa distribuição segundo as áreas médias das propriedades por município. Utilizando-se os dados do recenseamento de 1940 essas áreas médias foram calculadas dividindo-se a área total abrangida pelas propriedades rurais pelo número delas. O valor da área média assim obtido foi situado dentro de cada município na zona em que com o auxílio de mapas municipais se verificou haver maior concentração de população rural e de propriedades.

Para efeito do censo agrícola foram considerados imóveis rurais os que se acham fora do perímetro urbano das cidades e vilas e que se destinam à exploração direta do solo, seja para a produção de gêneros agrícolas, seja para a criação de gado. No entanto, apenas as propriedades em produção foram recenseadas.

De início, deve-se salientar que não havendo no Brasil um cadastro rural organizado as áreas das propriedades são, muitas vezes, meras estimativas passíveis de erros. No entanto, o mapa em apreço pode nos dar uma idéia aproximada da situação real quanto à distribuição das propriedades segundo suas áreas médias. Indica, *grosso modo*, as áreas em que as propriedades se apresentam mais divididas e aquelas em que as extensas fazendas de mais de um milhar de hectares de área constituem a regra.

Observa-se logo que os valores das áreas médias das propriedades no sudeste do Planalto Central apresentam-se relativamente elevados: Inhumas, o município de menor área média, apresenta um valor de 76 hectares.

Verifica-se que a isaritma de 500 hectares de área média engloba nitidamente a parte mais ocupada do sudeste do Planalto Central. Corresponde à zona efetivamente explorada e onde as produções agrícola e pecuária apresentam valores mais altos. À isaritma de 500 hectares corresponde, *grosso modo*, a isaritma de 2,5 habitantes por quilômetro quadrado no mapa de densidade da população rural. Abrange o Triângulo Mineiro, excetuando-se pequeno trecho a oeste, e o centro-sul de Goiás limitado pelos rios Verde e São Marcos, a oeste e a leste respectivamente.

Dentro desta zona assim delimitada é que se destacam as áreas agricolamente mais desenvolvidas do sudeste do Planalto Central: o "Mato Grosso" de Goiás e a Mata da Corda, ambas englobadas pela isaritma de 150 hectares. Aqui também a população rural se apresenta bem mais densa com mais de 7 habitantes por quilômetro quadrado.

No "Mato Grosso" de Goiás os municípios que apresentam área média inferior a 150 hectares são: Inhumas, Anápolis, Anicuns, Goiânia, Jaraguá e Corumbá (Corumbá de Goiás)¹. Na Mata da Corda, Patos (Patos de Minas), Carmo do Paranaíba, Rio Paranaíba, São Gotardo e, mais ao sul, Luz e Bambuí são os municípios que apresentam propriedades menores dentro da área mineira do sudeste do Planalto Central.

Como é sabido tais áreas correspondem efetivamente a regiões de solos mais ricos, onde se desenvolve uma exuberante vegetação de matas. Tais condições as distinguem dentro do Planalto Central onde, de modo geral, dominam as extensas chapadas de solos pobres e recobertas de uma vegetação de campo cerrado.

Como no Brasil, em geral, as terras de mata, ricas em humo, são tradicionalmente vocacionadas a um aproveitamento agrícola, dada a primitiva técnica agrícola empregada, é natural que as áreas assinaladas constituam dentro do sudeste do Planalto Central as suas mais desenvolvidas e produtivas regiões agrícolas e apresentem por isso, valores mais baixos nas áreas médias das propriedades.

¹ Os nomes colocados entre parêntesis correspondem às designações atuais dos municípios.

Embora em 1940 apenas se começasse a esboçar no Planalto Central a caracterização e o desenvolvimento dessas regiões já elas aparecem bastante distintas no mapa em estudo. Sobretudo, no que se refere ao "Mato Grosso" de Goiás, com exploração pioneira em largas áreas para onde o afluxo de imigrantes vem se intensificando, sobretudo, a partir da década de 40 e tem tomado cada vez maior desenvolvimento, as propriedades posteriormente devem ter-se subdividido bastante e a população rural muito se adensado. Em 1940, as fazendas aqui situadas ainda apresentavam uma área apreciável em matas. Pelos dados do recenseamento, cerca de 30% da área produtiva² das fazendas ainda eram ocupados por matas.

Já a Mata da Corda votada há mais tempo a um aproveitamento agrícola apreciável não apresenta esse caráter de zona pioneira. Com seus solos ricos, decorrentes da decomposição de tufos vulcânicos, já há algumas décadas se apresenta como importante zona agrícola dentro do estado de Minas Gerais. Aqui a porcentagem da área produtiva das fazendas ainda ocupada por matas é bem mais reduzida, não ultrapassando os 10%.

Uma zona que atualmente se distingue na produção agrícola e que no mapa de propriedades não aparece com nitidez é a que se estende pelos vales dos rios Paranaíba e Grande. A agricultura feita nas terras de matas marginais ao rio Grande, Paranaíba e alguns de seus afluentes tem tomado cada vez maior desenvolvimento e seus produtos comerciais, sobretudo o arroz, têm constituído uma riqueza para a região. Esta zona acha-se englobada pela isaritma de 270 hectares. Aqui a fazenda mista de agricultura e pecuária, em que o gado e o arroz são a maior fonte de renda, constituem a regra e explicam a maior área média de propriedade.

A extensa área delimitada pela isaritma de 500 hectares dentro do sudeste do Planalto Central corresponde, sem dúvida, à área melhor servida pelas vias de comunicação, quer as estradas de rodagem, quer as ferrovias: a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e a Rêde Mineira de Viação no Triângulo Mineiro e a Estrada de Ferro Goiás no estado do mesmo nome. Estas estradas possibilitam o escoamento dos gêneros agrícolas exportáveis: arroz, feijão, café e dos produtos pastoris: charque, laticínios, couros e peles e dêste modo podem proporcionar à região citada um maior desenvolvimento econômico e um retalhamento maior das propriedades pela valorização das terras.

Nota-se no traçado da isaritma de 500 hectares, no estado de Goiás, um alongamento seguindo o vale do rio das Almas, o que mostra a tendência de uma ocupação maior ao longo desse vale. De fato, a frente pioneira do "Mato Grosso" de Goiás avança atualmente para o oeste e para o norte com a chegada de levas de imigrantes paulistas, baianos e principalmente mineiros, como se pode verificar pela disposição das linhas. Nesse movimento recente de ocupação e aproveitamento das férteis terras do "Mato Grosso" essa é a área que por último foi explorada. Posteriormente a 1940 foi criada pelo governo federal a Colônia Agrícola Nacional de Goiás com sede em Ceres, à margem do rio das Almas, no município de Goiás. Tudo isto traduz o aproveitamento mais recente da zona.

Nesta área delimitada pela isaritma de 500 hectares a pecuária constitui também atividade importante, sobretudo, no seu aspecto de recria e engorda de gado bovino. Para isso possuem as fazendas da região extensas invernadas de capim jaraguá, principalmente.

Dentro do sudeste do Planalto Central outros municípios aparecem com área média inferior a 500 hectares. Situam-se no alto vale do rio Paranã e nos contrafortes das serras que fazem o limite com o estado da Bahia. Aqui é o município de Posse que apresenta o menor valor de área média, 142 hectares. É uma zona em que a agricultura adquire alguma importância, sobretudo, num caráter de agricultura de subsistência. Possui terrenos relativamente férteis, desde que haja abundância de água, pois são terrenos calcários. Tem por isso um aproveitamento agrícola apreciável. Nota-se também aí um maior adensamento da população rural com 2,5 habitantes por quilômetro quadrado.

No entanto, esta zona não tem o mesmo desenvolvimento econômico que a anteriormente estudada. Os seus poucos produtos exportados são escoados para Januária em Minas

² No censo agrícola foi considerada área produtiva das propriedades, a área total abrangida pelas lavouras anuais e permanentes, pelas pastagens e pelas matas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

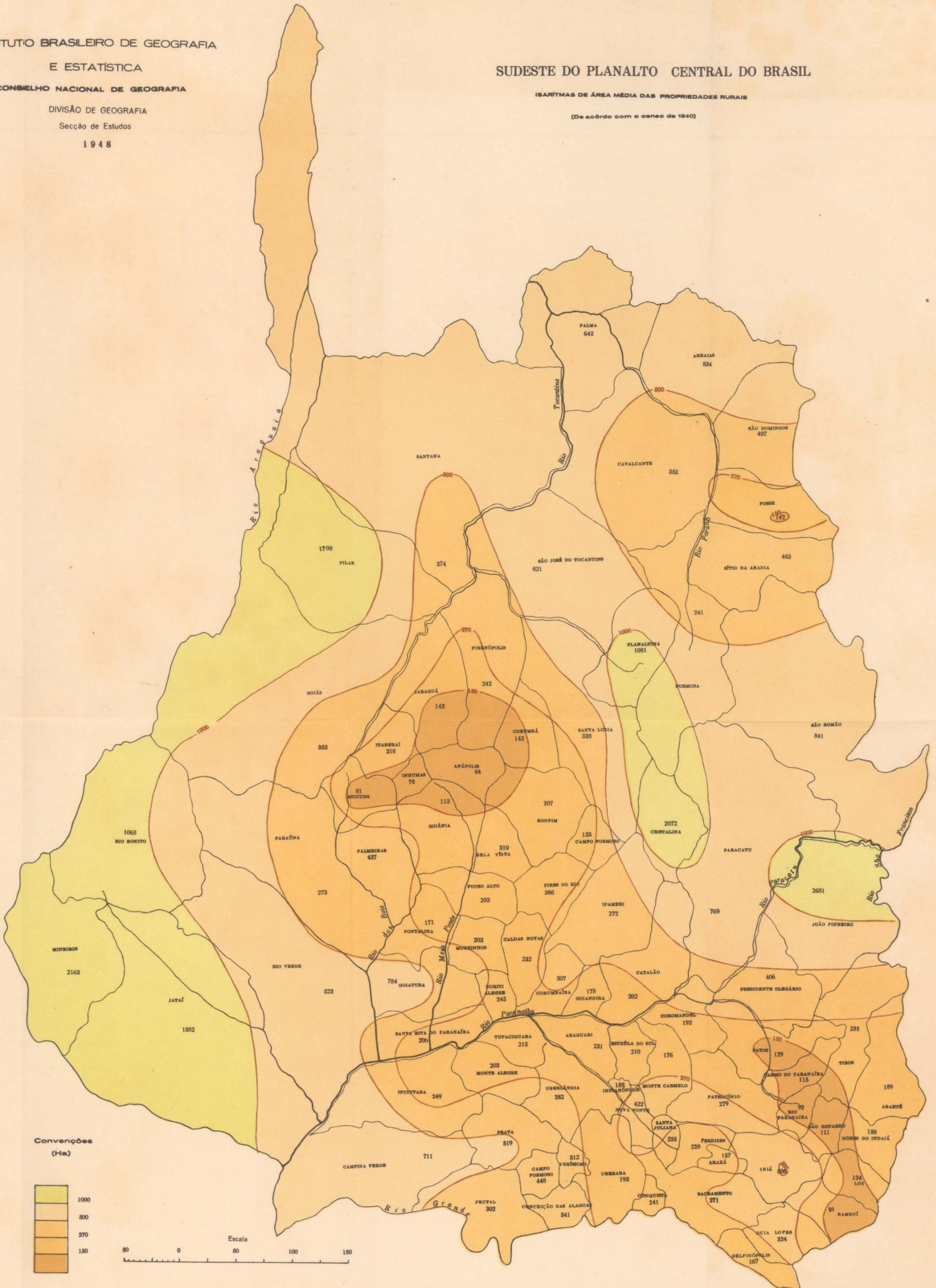
Secção de Estudos

1948

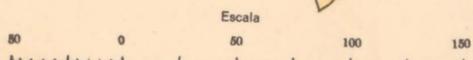
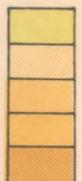
SUDESTE DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL

ISARÍPTAS DE ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES RURAIS

(De acordo com o censo de 1940)



Convenções
(Ha)



Gerais ou Barreiras na Bahia. Constitui no nordeste da região estudada a mais importante área agrícola.

Contrastando com essas zonas em que a propriedade se apresenta mais subdividida verifica-se a existência de grandes propriedades nas partes leste e oeste da região em estudo.

A oeste, propriedades de áreas extensas aparecem nos municípios de Jataí, Mineiros e Rio Bonito, (Caiapônia) todos com área média superior a 1 000 hectares. Esta zona que se estende pelo alto vale do Araguaia e dos afluentes do Paranaíba, os rios Claro e Aporé, ainda têm uma ocupação humana incipiente, embora apresente condições naturais propícias a um aproveitamento econômico rendoso.

Verifica-se atualmente um movimento recente de ocupação e desbravamento das ricas matas que revestem os vales dos afluentes do Paranaíba nesse trecho. Além do maior adensamento da população rural tem-se verificado nessa zona uma subdivisão das propriedades. Embora de povoamento antigo, povoamento que se fez sobretudo em função da exploração diamantífera e da criação extensiva de gado, a ocupação recente com um maior aproveitamento agrícola é posterior a 1940 e ainda não aparece no mapa em apêrço.

Outra zona de grandes propriedades e com um caráter diferente da anteriormente estudada estende-se a leste nos municípios de João Pinheiro, Cristalina e Planaltina. Valores também superiores a 1 000 hectares encontram-se nesses municípios. Aqui dominam os extensos chapadões areníticos revestidos de uma vegetação pobre de cerrados cujo aproveitamento se limita à criação de gado bovino ou à exploração mineral, como no caso de Cristalina.

No entanto, a pecuária adquire aqui um caráter muito mais extensivo que nas zonas de mata e é feita em fazendas de áreas muito maiores e com emprêgo mais reduzido de trabalhadores rurais.

Verifica-se que nos municípios em que a área média da propriedade é superior a 500 hectares, a porcentagem da área produtiva das fazendas ocupada pelas lavouras permanentes e temporárias é extremamente baixa, nunca ultrapassando 1%. A lavoura não tem, pois, significação econômica alguma fora da área demarcada pela isaritma de 500 hectares.

Não se nota nesta zona tendência alguma a u'a maior divisão das propriedades, desde que a pecuária, atividade tradicional ainda se mantém como o gênero de vida dominante, mesmo porque as condições naturais não propiciam um aproveitamento, sob o ponto de vista agrícola, de outra natureza.

Apresentada assim em largos traços a distribuição das propriedades rurais segundo suas áreas médias no sudeste do Planalto Central, o que inicialmente se destaca são os altos valores observados. As zonas de agricultura mais desenvolvida estão delimitadas pela isaritma de 150 hectares.

Comparando-se com o estado de Minas Gerais, por exemplo, a diferença é flagrante: a zona da Mata, uma das áreas agricolamente mais desenvolvidas do estado, é delimitada pela isaritma de 60 hectares de área média, menos da metade do valor das áreas agrícolas do Planalto Central. Quanto às áreas em que a pecuária é a atividade quase exclusiva os valores das áreas médias no Planalto Central não são comparativamente tão elevados.

Embora o mapa em estudo represente apenas valores médios êle não deixa de ter a sua utilidade, desde que as áreas em que dominam as propriedades mais divididas e aquelas em que as grandes fazendas constituem a regra nêle se acham perfeitamente esboçadas, coincidindo as primeiras com as zonas de população rural mais densa e de aproveitamento agrícola maior, enquanto as outras estendem-se pelas áreas em que a criação extensiva é a atividade quase dominante.

Deve-se, ainda, ressaltar que a caracterização e o desenvolvimento das áreas agrícolas do sudeste do Planalto Central, com a conseqüente subdivisão maior das propriedades rurais, estão ligadas ao estímulo que teve nas áreas de mata, de terras mais férteis, a agricultura comercial que veio trazer u'a maior valorização das terras e constituir uma fonte de renda apreciável para a região.

BIBLIOGRAFIA

Livros e periódicos

- COELHO DE SOUSA, Elza — *Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais*. Revista Brasileira de Geografia, ano XIII, n.º 1, janeiro-março de 1951. Págs. 47-70, 3 mapas fora do texto.
- GUIMARÃES, FÁBIO DE MACEDO SOARES — *O Planalto Central e o problema da mudança da capital*. Revista Brasileira de Geografia, ano XI, n.º 4, outubro-dezembro de 1949. Págs. 472-542, 53 figs., 2 mapas fora do texto.
- WAIBEL, Leo — *Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás*. Revista Brasileira de Geografia, ano IX, n.º 3, julho-setembro de 1947. Págs. 313-342, 17 figs. 3 mapas.

Inéditos

- COELHO DE SOUSA, Elza — *Distribuição da população no estado de Goiás em 1940*.
- FAISSOL, Esperidião — *O Mato Grosso de Goiás, uma monografia regional*".
- RUELLAN, Francis — *Relatório preliminar da primeira expedição geográfica ao Planalto Central*. 1947.

Mapas

- Mapa da densidade de população rural no sudeste do Planalto Central do Brasil. Escala gráfica. Conselho Nacional de Geografia, 1948.
- Mapa das áreas de mata do sudeste do Planalto Central do Brasil. Escala 1:3 000 000. Conselho Nacional de Geografia, 1948.